

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.338 - RJ (2019/0366419-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
ADVOGADOS : RICARDO CORRÊA DALLA - ES004055
LUCIANA SPELTA BARCELOS - ES009765
GRAZIELY VASCONCELOS ROCHA - ES012991
FLÁVIO DA SILVA POSSA - ES014386
MICHELLY VENTURIM DIAS - ES022978

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pela UNIÃO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS DESTINADAS A TERCEIROS. ART. 12 E 13 DA LEI Nº 2.613/55. APLICABILIDADE. VIGÊNCIA APÓS O PERÍODO ESTABELECIDO NO ART. 41, §1º, ADCT. HONORÁRIOS. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 20, §4º, DO CPC/73.

1. Cuida-se de agravos internos contra decisum monocrático que negou provimento à remessa necessária e aos recursos de apelação interpostos pelos ora agravantes. Alegação de que a verba honorária fixada mostra-se irrisória diante do valor da causa e trabalho desenvolvido; a decisão deixou de examinar a recepção dos arts. 12 e 13 da Lei nº 2.613/55 pela CRFB/88.

2. Ressaltado que o SESI é entidade integrante do chamado Sistema "S", tendo em vista seu escopo de atuação em atividades de interesse social, referentes a grupos de pessoas vinculadas às empresas patrocinadoras, sem fins lucrativos, não sendo integrantes da Administração direta ou indireta. Diante disso, não pode ser equiparada às entidades empresariais para fins fiscais.

3. Há disposição legal expressa - art. 12 e 13 da Lei nº 2.613/55 - conferindo benefício fiscal no sentido de dispensar o SESI do pagamento de contribuições sociais previdenciárias destinadas a terceiros. Salientado que o Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que tal isenção permanece vigente mesmo após o período estabelecido no art. 41, §1º, ADCT, bem como abarca as contribuições destinadas a terceiros.

4. O art. 20, §4º, do CPC/73, que regia - a época em que proferida a sentença - a condenação em honorários sucumbenciais, estabelecia a apreciação equitativa pelo magistrado. Para tanto, deve ele pautar-se pelos critérios elencados no §3º do mesmo artigo, sem a necessidade, contudo, de

a fixação ocorrer o dentro dos patamares nele previstos. *In casu*, o ato judicial magno de primeiro grau fixou os honorários advocatícios em R\$ 20.000,00, arbitramento, este, que se mostra razoável e adequado à nobreza do trabalho despendido pelo patrono da parte vencedora, ainda que a causa trate de valores vultosos, não havendo que se falar em irrisoriedade da condenação.

5. Agravos internos interpostos por Serviço Social da Indústria - SESI e pela União Federal (Fazenda Nacional) não providos.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 12 e 13 da Lei n. 2.613/55, no que concerne à isenção tributária das entidades do Sistema "S", trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, deve-se destacar a incompatibilidade dos artigos 12 e 13 da Lei n. 2.613/55 (segundo os quais as entidades do Sistema "S" gozariam de ampla "isenção") e a Constituição de 1988. E, ainda que as referidas entidades sejam assemelhadas às entidades de assistência social pelos Nobres julgadores, deverão elas se submeter ao processo administrativo para obter a certificação que lhes conferirá o status de entidades beneficentes.

De fato, é meritório o trabalho desenvolvido pelo conjunto de pessoas jurídicas de direito privado que formam os serviços sociais autônomos. Todavia, conceder-lhe imunidade subjetiva absoluta, dispensada, inclusive, a observância dos requisitos legais, consubstancia violação direta ao Princípio da Isonomia e da Supremacia da Constituição. (fls. 436).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 60 da Lei n. 8.213/91, bem como dos arts. 22, I e II, e 28, I e § 9º, 55 da Lei n. 8.212/91, no que concerne à incidência das contribuições sociais e previdenciárias *in casu*, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, a expressão "folha de salários" contida no texto constitucional, que delimita a base de incidência da contribuição previdenciária, deve ser entendida como toda e qualquer remuneração paga ao empregado, como contraprestação pelo trabalho que desenvolve em caráter não eventual e sob a dependência do empregador, proveniente de uma relação de emprego, dando-se interpretação conforme ao art. 60 da Lei nº 8.213/91, bem como dos arts. 22, I e II, e 28, I e § 9º, da Lei nº 8.212/91.

Dentre as fontes de financiamento da Seguridade Social, a Constituição (art. 195, I) estabeleceu a contribuição social do empregador sobre quaisquer rendimentos pagos ou creditados ao trabalhador, tendo por base de cálculo, nos termos do art. 22, 1, da Lei nº 8.212/91, "o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços".

Ou seja, em total consonância com os comandos constitucionais, a Lei nº 8.212/91 adotou como regra para a determinação da base de cálculo da aludida contribuição previdenciária a totalidade da remuneração paga ao

empregado, excetuando, por força do seu art. 22, § 2º, apenas as parcelas de que trata o § 9º do art. 28 do mesmo diploma legal. (fls. 438).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque a tese recursal é eminentemente constitucional.

Com efeito, “a verificação de eventual violação do acórdão da origem a preceito de índole constitucional não se conforma às hipóteses de cabimento do recurso especial” (REsp 1756473/RO, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 23/8/2018, DJe de 29/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1614030/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 11/2/2019, DJe de 13/2/2019; AgInt no REsp 1581960/ES, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 17/5/2018, DJe de 28/5/2018; AgInt no REsp 1573157/SC, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 13/3/2018, DJe de 20/3/2018; e AgRg no AREsp 375.887/RJ, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 1º/3/2018, DJe de 9/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente